

Principais Abordagens Sociológicas para Análise das Profissões

André Filipe Pereira Reid dos Santos

Quando aparece uma nova instituição ou um novo campo científico, nem sempre se tem, imediatamente, a dimensão do que está surgindo e nunca se sabe aonde as mudanças produzidas vão nos levar. Com o campo da sociologia das profissões também foi assim: começou como uma abordagem sociológica do fenômeno das ocupações modernas e hoje já constitui, ou se autointitula, um campo autônomo dentro da sociologia, com autores e teorias próprias, com objetos de pesquisas próprios e com sua historicidade e metodologias. O objetivo deste artigo é permitir melhor compreensão dos diferentes modelos teórico-metodológicos desse novo campo da sociologia, como o funcionalismo, o interacionismo e o weberianismo.

Antes de iniciar, é preciso dizer que o desenvolvimento da sociologia das profissões remonta diretamente à sociologia funcionalista norte-americana, razão pela qual o marxismo acaba sendo apenas mencionado em algumas partes específicas deste texto. Numa abordagem funcionalista, autores como Carr-Saunders, Parsons, Goode e Merton foram imprescindíveis para os primeiros passos e o desenvolvimento da

sociologia das profissões. Posteriormente, Freidson realizou importantes contribuições para análises dos grupos profissionais, já de uma perspectiva que podemos chamar de interacionista, mas são os weberianos que serão responsáveis pela sedimentação da sociologia das profissões como um subcampo da sociologia e fazem isso ao focar o poder profissional, explicitando suas ideologias e seus projetos. Contudo, sem dúvida, todos os teóricos anteriores foram importantes para que os weberianos chegassem a imprimir mudanças significativas nas análises das profissões, relacionando processos educacionais com lutas por demarcação de espaços de poder na sociedade¹. Mas todas as mudanças nas teorias para análises das profissões acontecem em cenários de conflitos entre escolas de pensamento e autores, em contextos sociais específicos.

Funções sociais das profissões

Os funcionalistas levantaram as primeiras questões da sociologia em torno do papel das profissões nas sociedades modernas. De maneira geral, eles deram ênfase à

1 No Brasil, os principais avanços na sociologia das profissões aconteceram com Marinho (1985), Schwartzman (1987), Simões (1989), Grün (1994), Coelho (1992), Barbosa (1993, 1998, 1999, 2003), Bonelli (1993), Sadek (1995), Diniz (1995), Machado (1995, 1996) e Vianna, Carvalho e Melo (1997). Mas os avanços produzidos por estes autores não seriam possíveis sem o desbravamento do campo da sociologia das profissões, realizado desde meados dos anos 1960 por Nogueira (1967), Durand (1972), Donnangelo (1975), Pastore (1979), Kawamura (1981), Faria (1983) e Falcão (1984).

formação profissional e à constituição dos papéis profissionais como decorrência da modernização inexorável das sociedades, valorizando os profissionais na estrutura social. Para Durkheim, a divisão social do trabalho se organizava a partir da divisão técnica do trabalho, uma divisão funcional das tarefas requeridas numa sociedade. As profissões desempenhariam funções específicas dentro do corpo social em prol da harmonia, do bom funcionamento, da própria sociedade. Para ele, o desenvolvimento da divisão do trabalho era a base da organização e identificação dos grupos sociais. A identificação profissional seria quase automática, decorrente da divisão técnica do trabalho, uma consciência de pertencimento ao grupo, fruto de um processo de socialização. Os demais funcionalistas não se afastaram muito desses pressupostos durkheimianos.

Os trabalhos do inglês Carr-Saunders foram emblemáticos dos primeiros passos do que viria a ser conhecido posteriormente como sociologia das profissões, que começa a tomar forma como ramo autônomo da sociologia a partir da década de 1930. O verbete “*profession*”, elaborado por Carr-Saunders e Wilson para a *Enciclopédia de Ciências Sociais*, publicada em 1934, foi uma primeira tentativa de definir/conceituar profissão. Conforme Dubar (2005, p. 170), nesse verbete, os autores definem profissão da seguinte maneira: “dizemos que uma profissão emerge quando uma quantidade definida de pessoas começa a praticar uma técnica definida fundamentada em uma formação espe-

cializada”. A partir dessa primeira definição de profissão, que se tornou clássica segundo Dubar (2005), fica marcada a importância da formação para o surgimento de uma profissão. Essa formação dita superior, especializada, dá às profissões um aspecto elitizado.

Para Carr-Saunders e Wilson, as profissões modernas descendiam das guildas, corporações de ofícios da Idade Média, e incorporavam um sentido de missão, vocação², que apontava para o surgimento das associações profissionais como instituições responsáveis pela ajuda mútua dos profissionais e pela demarcação entre os profissionais e os não profissionais, os qualificados e os não qualificados. Nessa perspectiva não se fazia nenhuma crítica às profissões, pelo contrário, entendiam-se as profissões como resultado normal (natural) do processo evolutivo das técnicas nos “países civilizados”. É como se os profissionais fossem substituir progressivamente a mão de obra não qualificada nas sociedades modernas, condenando os não qualificados à extinção.

Foi na sociologia norte-americana, graças a Talcott Parsons e seus pupilos, que, no final da década de 1930, a sociologia das profissões encontrou maior impulso. Sem jogar fora as concepções básicas propostas por Durkheim e por Carr-Saunders e Wilson³, Parsons inclui a relação profissional-cliente como parte da construção dos papéis profissionais, ressaltando que as profissões atendem às necessidades da sociedade. Para ele, a sociedade necessita do trabalho dos diferentes grupos profissionais. Falar em diferença, em vez de desigual-

2 “Reconhecemos uma profissão como uma vocação, fundada num treinamento intelectual prolongado e especializado que capacita ao exercício de um serviço particular” (Carr-Saunders e Wilson, 1934, p. 478 – tradução livre). No original: “We recognize a profession as a vocation founded upon prolonged and specialized intellectual training which enables a particular service to be rendered.”

3 Dubar (2005, p. 171), citando Heilbron, destaca “a grande semelhança” do verbete “*Profession*” de 1934, feito por Carr-Saunders e Wilson, com o de 1968, feito por Parsons.

dade, não é sem propósito em se tratando do funcionalismo. Como cada parte do corpo tem uma função específica, não há hierarquias ontológicas para o funcionalismo, mas diferenciação. Os funcionalistas se preocupam principalmente com o funcionamento da estrutura social e não com os processos históricos de formação da estrutura.

Em relação ao processo de profissionalização, a dimensão do conhecimento é o mais importante para Parsons. O funcionalismo parsoniano liga profissão a trabalho e educação, porque a formação é a integração do profissional ao corpo social para o desempenho de sua função. O processo de profissionalização tem a função de garantir a coesão social e a socialização dos profissionais. Para ele, a universidade moderna é a base das profissões e, por isso, os profissionais são verdadeiros vocacionados a desempenhar uma missão na sociedade e não meros negociantes. “Ao contrário dos negócios [...] as profissões são marcadas pelo ‘desprendimento’”⁴ (Parsons, 1939, p. 458 – tradução livre).

As diferenças (de prestígio, remuneração e autonomia) entre as profissões decorrem, segundo ele, da competência do grupo profissional na realização de suas tarefas. Com isso, ele acaba separando profissões (sentido mais nobre) de ocupações (sentido menos nobre). Toda profissão é ocupação, mas nem toda ocupação é profissão. A profissão teria a preocupação de devolver à sociedade os conhecimentos desenvolvidos e ocupa o topo da estratificação ocupacional.

William J. Goode, outro funcionalista⁵, desenvolve um pouco mais a ideia de diferen-

ça entre as profissões ao definir o processo de profissionalização como o desenvolvimento de um corpo abstrato de conhecimentos. Aqui se coloca a questão da identidade social das profissões, processo de socialização e formação da identidade do grupo profissional, discutindo a relação entre grupo profissional e sociedade. Rodrigues (2002, p. 10, 11) afirma que, segundo Goode:

A sociedade concede às profissões autonomia em troca da capacidade de controle; recompensas e prestígio em troca de competência; monopólio através de licenças em troca das melhores prestações ou serviços. É a sociedade que confere poder às comunidades profissionais, que oferecem como contrapartida principal uma procura constante de elevação dos níveis de formação dos seus membros.

Para Goode, o controle social sobre as profissões é feito pelos próprios grupos profissionais, numa espécie de concessão feita pela sociedade como um todo para os grupos profissionais. Goode trata os grupos profissionais organizados como comunidades homogêneas que desempenham papéis intermediários entre a sociedade e as profissões. Barbosa (1993a, p. 185) chama a atenção para o fato de que “a base dessa homogeneidade é o longo período de treinamento ao qual os seus membros são submetidos”. Este treinamento profissional seria responsável pela transmissão e reprodução dos valores profissionais, desempenhando, portanto, papel valorativo considerado positivo pela sociedade.

A abordagem de Goode sobre o controle social das profissões aponta para um aspecto duplo na relação sociedade-profissões: a sociedade mantém o controle sobre os profes-

4 No original: “But by contrast with business in this interpretation the professions are marked by ‘disinterestedness’”.

5 Dubar (2005, p. 175) e Rodrigues (2002, p. 10) concordam que Goode seja um dos mais importantes pupilos de Parsons.

sionais, que desempenham funções específicas no corpo social, e os grupos profissionais protegem os profissionais de serem constrangidos pela sociedade como um todo.

Robert King Merton é também sociólogo funcionalista, mas devemos considerar que ele tentou incorporar em sua abordagem algumas discussões realizadas por Freud e por Weber e seus seguidores. Embora ele tenha sido influenciado pela leitura que Parsons fazia de Weber, afinal Parsons traduziu para o inglês a obra do autor alemão e foi professor/orientador de Merton, este deu um passo à frente na abordagem funcionalista, ao distinguir funções manifestas de funções latentes.

Para Merton, um grupo social (por exemplo, as profissões) cumpre funções objetivas, esperadas, *manifestas*, para os membros do grupo ou mesmo para o sistema social ou cultural como um todo. Mas, além de cumprir sua função manifesta, a função à qual se destina ou que se espera, o grupo social pode cumprir funções *latentes*, funções não intencionadas pelo grupo ou mesmo desconhecidas do próprio grupo. Segundo ele, os sociólogos só faziam análises do visível, dos fatos objetivos da vida social, deixando de lado os fenômenos sociais não esperados ou não reconhecidos pelo grupo social estudado. “O conceito de função latente amplia a atenção do observador para mais além de se saber se a conduta consegue ou não a sua finalidade confessada” (Merton, 1970, p. 131).

Pensando especificamente as profissões, Merton mostra, usando para isso a medicina, que a vocação de servir à sociedade (o ideal de prestação de serviço à sociedade) que o médico teria, e que começa a se aperfeiçoar numa longa formação, segue paralelamente a uma segregação social dos não vocacionados. Se a formação profissional permite a socialização dos futuros profissionais nos valores de serviço à sociedade, uma vez com o diploma na mão, os agora profissionais o utilizariam

também como forma de se distinguir dos não profissionais, daqueles que não enfrentaram o longo e difícil percurso da formação. A formação profissional, ao mesmo tempo em que iguala os formandos (função manifesta), estabelece uma hierarquia entre eles e os não profissionais, ou falsos profissionais, depois de formados (função latente).

Assim, de “profissão” aberta a todos os que sentem a vocação para a realização de um ideal do serviço (função manifesta), o grupo profissional passa a ser, nesse modelo, uma “organização fechada”, preocupada antes de tudo com sua própria reprodução (função latente) (Dubar, 2005, p. 195).

Merton ainda não analisa essa relação como uma relação de luta por poder, mas como contradições da formação profissional. A função manifesta e a função latente não são excludentes e podem ser identificadas num mesmo objeto de pesquisa. Merton também dá atenção aos intelectuais na burocracia (obra de 1970) e ao papel das associações profissionais (obra de 1984).

Andrew Abbott é outro autor que não chega a romper com o funcionalismo, embora tenha se afastado um pouco mais dos funcionalistas em sua teoria dos sistemas profissionais, chegando a introduzir uma noção de competição. Para Abbott, a divisão do trabalho está dada e os grupos profissionais lutam por áreas específicas da divisão do trabalho. O sistema profissional se assemelha a um sistema funcional. Só que o instrumento de organização da disputa no sistema profissional é o grau de abstração do conhecimento que a profissão controla. Quanto mais abstrato o conhecimento, maior o poder da profissão. O grau de abstração do conhecimento profissional é uma medida da probabilidade de um grupo profissional vencer uma disputa com outro grupo profissional. Rodrigues (2002, p. 94), elencando os cinco principais pressupostos da teoria de Abbott, aponta como item quatro que:

[...] o principal recurso na disputa jurisdicional, e a característica que melhor define profissão, é o *conhecimento abstracto* controlado pelos grupos ocupacionais: a abstração confere capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstração permite redefinir e dimensionar novos problemas e tarefas.

Profissões que não conseguem tornar o seu corpo de conhecimentos suficientemente abstrato tendem a desaparecer. Para entender melhor as relações sociais que um grupo profissional estabelece com seus conhecimentos, Abbott cria o conceito de *jurisdição*. Jurisdição é uma espécie de laço entre o grupo profissional e seus conhecimentos específicos. Como há campos de conhecimentos da divisão do trabalho que estão sendo disputados por mais de um grupo profissional, o autor afirma que estará configurado aí um conflito jurisdicional. Assim como Parsons e os demais funcionalistas, Abbott também chama a atenção para a importância da educação (conhecimento) para autonomização dos grupos profissionais. Porém, assim como os demais autores da tradição funcionalista, padece de um olhar mais crítico do objeto de análise, que é tido como dado. O interacionismo tenta corrigir esse problema metodológico do funcionalismo, sem, no entanto, romper completamente com essa escola de pensamento sociológica.

A contribuição interacionista

Os chamados interacionistas, provenientes, sobretudo, da escola de Chicago, também contribuíram para a sociologia das profissões, principalmente no aspecto metodológico. Os principais autores dessa abordagem são Hughes e Freidson.

Everett Hughes faz uma aproximação interessante das profissões com as religiões,

mas que em alguns momentos parece mais poética que sociológica, sem desmerecimento da importância da poesia para a vida em sociedade. Para ele, há profissão essencial à sociedade (sagrada) e sociedade essencial à profissão (profana). Quer dizer, há profissões que desempenham funções essenciais e outras que desempenham funções secundárias na sociedade. Para estas últimas, parece até que a sociedade é mais importante para ela do que ela para a sociedade. Quem define o que é ou não “sagrado” é a própria sociedade, segundo ele. É a sociedade também que autoriza o exercício profissional pela distribuição da *licença* para atuação, que pode ser simbolizado pelo diploma, e que determina o *mandato* social dos profissionais, sua missão.

Hughes segue discutindo os problemas relacionados às profissões fazendo sempre um paralelo com as religiões, tratando de ritual, iniciação, disciplina, conversão etc. Mas a maior contribuição da abordagem interacionista é a possibilidade de análise da socialização do profissional, que não está restrita à formação profissional, como nos funcionalistas, mas acontece também na atuação profissional, no mercado de trabalho, sob três olhares: um olhar para o outro (profissional), um olhar para a estrutura (profissional) e um olhar para si mesmo (como profissional). Fica marcada a relevância da subjetividade do profissional para Hughes, psicologizando, de certa maneira, a abordagem sociológica das profissões. Dubar afirma (2005, p. 184, 186, 187) que o interesse dessa abordagem

[...] reside menos na originalidade e no rigor do “modelo” apresentado do que em sua fecundidade operacional. [...]

Hughes e os sociólogos às vezes agrupados sob o rótulo de “escola de Chicago” tiveram o grande mérito de vincular estreitamente o universo do trabalho aos mecanismos de socialização. [...] Hughes enfatiza o fato essencial de que o “mun-

do vivido do trabalho” não podia ser reduzido a uma simples transação econômica (a utilização da força de trabalho em troca de um salário): ele mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristaliza suas esperanças e sua imagem de si, engaja sua definição e seus conhecimentos sociais.

Como o funcionalismo restringe a possibilidade de análises empíricas, uma vez que o indivíduo não exerce papel relevante para aquela corrente teórica, o interacionismo, que valoriza o poder criativo dos indivíduos, apresenta melhor capacidade metodológica para a análise empírica. O interacionismo está preocupado com análises qualitativas, criando inferência a partir dos fatores para o surgimento de um fenômeno social. Por isso, para os interacionistas é preciso que se escolha uma margem de diferenças qualitativas (diferentes profissões, por exemplo), considerando a regularidade das diferenças.

Embora Eliot Freidson seja também considerado um interacionista, rótulo que ele mesmo rejeita, ainda mantém algumas características funcionalistas, como veremos. Para o interacionismo, o estudo de caso deve ser feito comparativamente entre profissões, como já dissemos. Uma vez que os funcionalistas consideravam os indivíduos sem poder criativo, suas análises das profissões corriam o risco de reprodução das próprias ideologias profissionais. Barbosa (1999, p. 186, 187) afirma que:

Se esta abordagem (o funcionalismo) teve o mérito inegável de “construir os princípios de coerência do conjunto de características das profissões, isto é, uma *teoria do funcionamento*, e mesmo da gênese, dos grupos profissionais” (Chapoulie, 1973, p. 91 – grifo da autora), ela pode ser criticada por uma proximidade excessiva ao seu objeto.

Freidson (1975) questiona justamente as ideologias profissionais ao tentar entender empiricamente a relação entre médicos e pacientes em seu livro *Profession of Medicine*, embora ele mesmo às vezes pareça não resistir a essas ideologias. Freidson promove um maior afastamento do sociólogo para com o objeto de pesquisa (profissões) do que os funcionalistas, mas ainda mantém algumas características funcionalistas.

No entanto, no que há de interessante nessa corrente teórico-metodológica, há também de problemático, porque o interacionismo não prescinde totalmente do funcionalismo, razão pela qual se poderia colocar Freidson com os funcionalistas⁶. Isso porque, para o interacionismo, o indivíduo escolhe em uma estrutura social dada, que não é questionada ou discutida. A preocupação do interacionismo é com a relação entre indivíduos em determinado espaço social, e não com o processo de formação social das organizações, das instituições e mesmo da estrutura de relações sociais.

Freidson trabalha com identidades profissionais, não no sentido de identidades coletivas, mas discutindo as diferenças intraprofissionais. Para ele, os excluídos de um grupo profissional são aqueles que não tiveram competência para entrar ou se manter no grupo. Embora ele sinalize para um processo de disputa intraprofissional, o poder ainda não aparece como um problema, mas como decorrência do conhecimento que a profissão acumula. O poder dos médicos na sociedade norte-americana, por exemplo, decorreria de sua competência e serviria para garantir a homogeneidade do grupo profissional, o que de certa maneira apresenta uma função

6 Barbosa (1999) classifica o trabalho de Freidson como “paradigma funcional fraco” porque ele mantém certa divisão do trabalho como “limitador da capacidade de agência das profissões” e porque não problematiza o poder nas competições profissionais.

social para o poder profissional: organizar e controlar a atuação profissional e garantir a felicidade e o bem geral da sociedade.

Se Abbott (1988) permitiu o questionamento das disputas interprofissionais, embora para ele a disputa ainda acontecesse em termos cognitivos, Freidson permitiu a análise de disputas intraprofissionais, principalmente quando dá ouvidos aos próprios profissionais na investigação de seus dilemas e conflitos para a construção das identidades profissionais. O método qualitativo largamente utilizado pelos interacionistas acaba privilegiando um olhar sociológico sobre a construção interna do grupo profissional, a partir de suas lutas identitárias. O problema desse tipo de investigação é que muitas vezes ele reproduz a ideologia do grupo profissional, já que o próprio grupo estará sendo entrevistado. Embora o interacionismo tenha emprestado importante contribuição para análise dos grupos profissionais, são os weberianos que impactarão a sociologia das profissões, ao focar o poder profissional, explicitando suas ideologias, suas lutas e seus projetos.

Profissões e poder

As abordagens teóricas que associam profissões a poder descendem da linha weberiana de pesquisa e análise. Para Weber (1999, p. 91), profissão era “aquela especificação, especialização e combinação dos serviços de uma pessoa que, para esta, constituem o fundamento de uma possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição”. A definição weberiana de profissão destaca a capacitação (“especialização”), o individualismo metodológico (“uma pessoa”) e a competição (“possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição”). A profissão seria o meio de o indivíduo capacitado se inserir no mercado para satisfazer suas necessidades materiais (“abastecimento”) ou imateriais (“aquisi-

ção”). Aquisição pode subentender posições sociais, honras, títulos, enfim, poder social.

Os autores que serão apresentados agora são representantes da tradição weberiana. Há um tema em comum entre esses autores: o poder. Podemos dizer que o poder é algo que aparece em todos eles como uma categoria unificadora, doadora de sentidos, e diferenciadora, estabelecendo os limites entre os que estão dentro e os que estão fora das disputas e honras prezadas pelos profissionais. As profissões se estabelecem como unidade integradora e excludente ao mesmo tempo, cumprindo a dupla função de fechar os grupos profissionais em si e estabelecer a competição com os outros grupos profissionais. O poder das profissões estaria exatamente na capacidade de doar sentido aos que pertencem ao grupo profissional e estabelecer a dominação de um grupo sobre outros e sobre a sociedade. Mas cada autor apresentado contribui de maneira específica para uma análise sociológica do poder profissional.

Numa perspectiva histórica da importância das abordagens teóricas de matriz weberiana para a sociologia das profissões, podemos afirmar que Terence Johnson (1989) foi um dos primeiros autores a relacionar profissões a poder, no início da década de 1970. O título sugestivo de seu livro, *Professions and power*, já aponta esta tentativa do autor em relacionar as profissões a uma lógica de competição por poder social. Rodrigues (2002, p. 50) vai além e afirma que:

Com a contribuição de Johnson pode dizer-se que se inicia uma nova fase marcada pela preocupação de alargamento do campo de observação, isto é, passar da visão internalista das profissões para o estudo em simultâneo das interações estabelecidas com o exterior, a estrutura de classes da sociedade envolvente e, sobretudo, o Estado.

Johnson insere o poder alcançado pelas profissões numa dimensão maior de luta por

poder na estrutura das classes sociais⁷. Para ele, a separação entre economia e política está no fundamento do poder alcançado pelos grupos profissionais, mascarando a expansão capitalista sob a marca do profissionalismo. Sua abordagem mistura marxismo com aspectos da sociologia weberiana, como vai acontecer também com Larson.

Magali S. Larson (1977) entende a profissionalização como uma estratégia para conquistar poder, prestígio e renda na sociedade. Essa estratégia se desenvolve simultaneamente na ordem econômica, defendendo um monopólio legal de atuação num mercado profissional, e na ordem sociossimbólica, promovendo o *status* social da profissão. Para ela, as profissões são uma forma de organização da desigualdade social nas sociedades modernas e de imposição da perspectiva dos grupos dominantes sobre os demais grupos profissionais. Barbosa (1993b, p. 8) reforça esse ponto afirmando que, segundo Larson, “com o fortalecimento das profissões inaugura-se uma nova forma de desigualdade estrutural”.

Na estrutura de estratificação social, as profissões lutam por remuneração e prestígio. As lutas profissionais às vezes são perceptíveis, outras não, mas elas existem e demarcam territórios de poder político e

econômico, de identidades e desigualdades. Como o grupo dominante consegue impor as regras do jogo social para os outros grupos, organizando e controlando o acesso ao conhecimento e às profissões, a profissionalização acaba se resumindo numa tentativa de conversão de recursos escassos (qualificação) em outra ordem de recursos (econômicos e de poder). Larson dá ênfase ao controle da produção da *expertise*, valorizando a formação.

O principal meio de ascensão da profissão, mais do que o altruísmo, se dá pela capacidade de reivindicar habilidades esotéricas e identificáveis – quer dizer, criar e controlar uma base cognitiva e técnica⁸ (Larson, 1977, p. 180 – tradução livre).

Para ela, o controle sobre a dimensão cognitiva, controle do sistema de ensino, e sobre a dimensão mercadológica, fechamento do mercado, são fundamentais para a tomada do poder profissional e para a realização de um projeto coletivo de mobilidade social. O fechamento do mercado serve para que as profissões criem “necessidades” por seus serviços e, com isso, tornem-se indispensáveis à sociedade. As profissões controlam a produção e satisfação de “necessidades” sociais. Larson dá outra grande contribuição à sociologia das profissões ao analisar a rela-

7 Ao falar em classes sociais, precisamos dizer também que a importância do marxismo para as ciências sociais durante quase todo o século XX não pode ser desconsiderada como fator que também contribuiu (mesmo que por oposição) para um olhar sociológico sobre as profissões, o que se iniciou efetivamente a partir do modelo funcionalista. Por um tempo, a sociologia das profissões discutia as classes médias antes mesmo de discutir as profissões porque as profissões eram vistas como *locus* de atuação das classes médias, que atuavam, principalmente, como profissionais liberais ou na estrutura burocrática do Estado. De uma perspectiva marxista, os grupos profissionais respondem a uma divisão econômica do poder em classes sociais, ficando as classes médias entre a burguesia e o proletariado. No passado, as teorias de classes eram as mais utilizadas para estudo de desigualdades. Com o avanço das teorias de estratificação, concomitante à perda de prestígio do marxismo no plano teórico, as teorias de classes foram perdendo espaço na análise sociológica. Sobre o tema da relação das classes médias com as profissões, ver Grusky e Sorensen (1998) e Barbosa (1998).

8 No original: “The main instrument of professional advancement, much more than the profession of altruism, is the capacity to claim esoteric and identifiable skills – that is, to create and control a cognitive and technical basis.”

ção entre burocracia e profissões, definindo a importância do Estado para o avanço dos processos de profissionalização.

Na década de 1970 havia um debate na sociologia das profissões sobre o papel do Estado no processo de profissionalização. Alguns autores entendiam que as profissões entre os anglo-saxões se desenvolveram sem a participação do Estado, voltando-se para o mercado, o que caracterizaria as profissões liberais típicas: medicina e advocacia. Já a profissionalização nas sociedades europeias continentais, França e Alemanha, por exemplo, teria sido atrelada ao Estado, o que retiraria o poder e a autonomia das profissões. Fora o etnocentrismo desse tipo de análise, que dá maior valor a um modelo de desenvolvimento que a outro, elegendo o modelo anglo-saxão como padrão de aferimento do desenvolvimento do processo de profissionalização, é preciso considerar que, ao fim e ao cabo, o Estado foi importante nos dois modelos, mesmo que ele tenha aparentemente atuado menos em um modelo que em outro.

Larson afirma a necessidade do Estado em ambos os processos de profissionalização, desfazendo a ideia de que a sociedade norte-americana teria sido berço das profissões liberais, enquanto a sociedade francesa teria dado à luz as profissões burocráticas. As profissões, para essa autora, só podem atuar no mercado e se organizar como grupo social porque, em última instância, o Estado permite isso, seja pelo reconhecimento e regulamentação de uma profissão, seja pelo oferecimento de sua estrutura, a estrutura burocrática estatal, para a realização das atividades profissionais de determinadas profissões, como é o caso das profissões jurídicas.

Prazos, cargos, funções, editais, concorrências, atestados, hierarquias, enfim, toda a estrutura burocrática do Estado e seus procedimentos típicos podem ser um espaço potencial para o desenvolvimento de uma atuação profissional específica. Nesse sentido, a autora mostra que não há contradição entre burocratização e profissionalização. Pelo contrário, provavelmente não há e nem haveria profissionalização e atuações profissionais sem a existência dessa estrutura de suporte e possibilidades que é a burocracia estatal. Burocratização e profissionalização são partes do processo de racionalização capitalista. Barbosa (2003, p. 598) afirma que Larson “mostra como a burocracia é um dos recursos sociais mais relevantes para as profissões modernas assegurarem seus nichos no mercado de trabalho e seu poder social”.

Outro importante sociólogo das profissões, o norte-americano Randall Collins (1988) parte de uma análise da relação entre educação e estratificação e discute as profissões como grupo de *status*. Educação e economia são as duas grandes áreas temáticas utilizadas por ele para tentar entender se a educação contribui para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, particularmente a sociedade norte-americana. Para Collins, as sociedades modernas vão de um sistema de privilégios a uma meritocracia técnica. Mas ele diminui a importância da educação, do conteúdo do ensino, na estratificação econômica de uma sociedade moderna. Ele chega a afirmar que a educação é não só irrelevante para a colocação do indivíduo no mercado de trabalho, como às vezes é até contraproducente.

Collins vê a meritocracia como uma ideologia⁹ posta em marcha principalmente

9 Para melhor entender os vários aspectos sociológicos sobre a meritocracia, o que inclui a ideologia meritocrática, e sobre a “meritocracia à brasileira”, ver Barbosa (2001, p. 21-103).

pela classe média e que serve para fazer uma seleção por classes sociais para o mercado de trabalho. Ninguém mais do que a classe média assumiu o discurso meritocrático como “verdade”, principalmente porque representaria a possibilidade de mobilidade social da própria classe média. A classe média, mais do que as outras classes, frequentou as escolas e se empenhou em tornar universal e absoluta a ideologia de uma sociedade em que os mais qualificados teriam seu posto de trabalho garantido e acesso às melhores remunerações. E se empenhou tanto, principalmente, porque não dispunha de outros recursos, sociais ou políticos, para alcançar mobilidade social ascendente. E toda vez que se invoca o fator educacional (qualificação) como fator de seleção para o mercado de trabalho, está-se selecionando entre a própria classe média (Collins, 1988, p. 42). Ele afirma que os certificados são mais valorizados que os conhecimentos, propriamente ditos. Os certificados seriam as credenciais para atuação profissional numa sociedade meritocrática, que ele chama de sociedade credencialista. O sistema de distribuição de credenciais educacionais tem sido o grande catalisador do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e de expansão das profissões, segundo o autor.

Mas para ele, só as credenciais (certificados) não bastam para encontrar um posto no mercado de trabalho, é preciso também se apropriar de uma cultura profissional adequada, que passa pela identificação entre a cultura escolar (incorporada na faculdade) e a cultura do empregador. Ele argumenta que o empregador não quer correr riscos nem colocar sua empresa em risco contratando pro-

fissionais que não tenham a cultura escolar com a qual ele se identifica. O que mais uma vez retomaria o ponto central de sua tese de que não basta ter conhecimento, nem qualquer credencial, em suma, que a educação não é tão relevante para a seleção profissional. Ou melhor,

a educação será mais importante onde a correspondência seja maior entre a cultura dos grupos de *status* que surgem das escolas e o grupo de *status* que contrata os trabalhadores; será menos importante onde exista certa disparidade entre a cultura educativa e a dos empregadores¹⁰ (Collins, 1988, p. 46 – tradução livre).

Então, ser membro de um grupo cultural (profissional) é a melhor arma para lutar por uma boa colocação no mercado de trabalho. Collins também chama a atenção para o poder das associações profissionais na monopolização do mercado de atuação profissional.

Analisando especificamente a medicina norte-americana, Paul Starr (1991) também chega a algumas possibilidades de análises das profissões que foram importantes para a sociologia das profissões como um todo. A contribuição de Starr pode ser identificada com o conceito de autoridade cultural. Tomando emprestado de Hannah Arendt a noção de autoridade para tentar entender de onde vem a autoridade cultural, o poder econômico e a influência política que os médicos têm na sociedade norte-americana, Starr indica um interessante caminho para pensar a profissionalização como processo de controle profissional.

Partindo das distinções feitas por Arendt, em seu livro *Crises da república*, entre autoridade, poder, força e violência, Starr entende

10 No original: “Así, la educación será más importante donde la correspondencia sea mayor entre la cultura de los grupos de status que surgen de las escuelas y el grupo de status que contrata a los trabajadores; será menos importante donde exista una cierta disparidad entre la cultura educativa y la de los empleadores.”

autoridade como meio mais eficaz de controle, e suas raízes estariam na legitimidade e dependência. “A primeira está apoiada na aceitação, por parte do subordinado, da ideia de que deve obedecer; a segunda, na previsão das consequências desagradáveis que poderá acarretar a sua desobediência”¹¹ (Starr, 1991, p. 23 – tradução livre). Para ele, autoridade requer submissão voluntária a alguém, ou a alguma coisa, que tenha, efetivamente, legitimidade para submetê-lo. Em outras palavras, a autoridade seria um casamento entre legitimidade (para o exercício da autoridade) e submissão (ao exercício da autoridade). Não se poderia ter autoridade sem esse binômio.

Aplicando esse conceito às profissões, ele afirma que o conhecimento seria a base principal da autoridade profissional. Afirma ainda que os mais ricos e instruídos validam a competência dos profissionais porque conseguem dialogar com o profissional, no caso o médico, e identificar se ele tem competência, conhecimento e credenciamento, ou não. Segundo ele, os ricos vão ao médico voluntária e frequentemente. Já os mais pobres vão ao médico compulsoriamente, quando sentem alguma coisa, e não conseguem dialogar com o médico, não sobrando alternativa senão submeter-se ao parecer médico. Os ricos se submeteriam aos médicos por crença, na medicina e na capacidade do médico, e os pobres, por dependência, por necessidade.

Utilizando o conceito weberiano de dominação como sinônimo de autoridade, Starr mostra que autoridade (dominação para Weber) tem uma dimensão social e que, para analisar as profissões, seria preciso pensar numa dimensão cultural. Para isso, ele cria o conceito de autoridade cultural. A essên-

cia seria a mesma do conceito weberiano de dominação, com a diferença de que a autoridade social se aplicaria somente aos atores sociais, enquanto a autoridade cultural se aplicaria também a produtos culturais, como obras de referência, conhecimentos científicos, leis etc. Os conceitos de autoridade cultural e autoridade social não seriam excluídos para Starr: com frequência o médico tem autoridade cultural (e o fato de que ele é procurado, consultado, seria uma prova dessa autoridade cultural), mas não tem autoridade social (visível, por exemplo, em sua incapacidade de impor determinado tratamento a um paciente que se recuse a fazê-lo). A autoridade cultural das profissões serviria tanto à ordem social quanto aos profissionais.

Para Starr, a autoridade profissional se baseia nos seguintes pontos: (1) que seja validada a competência do profissional pela comunidade de seus pares (no sentido de estar apto e de ser capaz); (2) que os fundamentos da competência profissional sejam racionais e científicos; (3) que haja uma orientação de condutas para valores essenciais. Este último ponto fica mais aberto na possibilidade de interpretação do argumento do autor, porque ele defende a existência de valores essenciais. Mas quais seriam esses valores essenciais? Essenciais para quem? Para não deixar de tentar entender o autor, podemos arriscar a dizer que o autor considera como “valores essenciais” uma atuação profissional que sirva à sociedade como um todo. Ele parece manter, em seu conceito de autoridade cultural, o ideal de serviço das profissões em prol do corpo social, típico dos funcionalistas. Arriscamos essa interpretação porque, no texto, Starr (1991, p. 30) define profissão enfatizando aspectos típicos de di-

11 No original: “La primera descansa en la aceptación por parte del subordinado de la pretensión de que debe obedecer; la segunda en la previsión de las consecuencias desagradables que tendrá no obedecer”.

ferentes escolas sociológicas em seu enunciado: autorregulação, capacitação universitária, conhecimento técnico-científico e orientação para o serviço e não para o ganho pecuniário.

A luta das profissões médicas, nos Estados Unidos, por autoridade cultural e mobilidade social resultou na conquista não só dos objetivos pretendidos, como também na conquista do controle de mercado, de organizações profissionais e políticas governamentais, segundo o autor. A autoridade cultural da medicina fora convertida em privilégios. Em outras palavras, houve uma conversão da autoridade cultural, conquistada pelos médicos num longo processo histórico-estrutural, em poder econômico e influência política nos Estados Unidos. A institucionalização da medicina na sociedade norte-americana trouxe ganhos sociais, econômicos e políticos para as profissões médicas e seus profissionais.

A principal mudança da medicina do século XIX para a do século XX foi a institucionalização da medicina, no sentido da institucionalização do saber médico (que passou a ser vinculado às faculdades de medicina) e das profissões médicas (que passou a ter associações de representação dos seus interesses, que conquistaram, por exemplo, o monopólio de atuação).

Outro importante autor de linha weberiana, que ajuda a discutir o poder das profissões nas sociedades modernas, embora não seja considerado um autor especificamente de sociologia das profissões, é Norbert Elias. No texto em que Elias (2006) analisa as profissões navais na Inglaterra, ele faz uma espécie

de reconstrução histórica (sociogênese), sem se preocupar muito com datas, do surgimento das profissões navais, apenas a partir de aspectos que ele considerou importantes da evolução das profissões navais inglesas. Partindo de uma briga entre dois profissionais da Marinha inglesa pelo comando, de fato, de uma esquadra, financiada pelo governo para dar a volta ao mundo, Elias mostra que, mais do que desavenças pessoais, estavam envolvidas, na briga, também, lutas entre grupos sociais distintos daquela sociedade.

A briga envolveu Francis Drake, marinha profissional, forjado na prática, e seu ex-amigo Thomas Doughty, *gentleman* da corte da rainha Elizabeth¹², e aconteceu durante a viagem, resultando no assassinato do membro da classe dominante, militar formado em boas escolas, por Drake, membro dos grupos sociais dominados; na embarcação que, de fato, comandava, Drake invertera a hierarquia social. Esse conflito não só expressa uma disputa num campo novo de atuação profissional, como teve consequências no próprio desenvolvimento das profissões navais na Inglaterra, com a famosa separação entre profissionais formados por escolas apropriadas e os forjados na lida.

O conflito entre Drake e Doughty foi expressão da desigualdade de suas origens sociais, principalmente porque *gentlemen* não realizavam trabalhos manuais e marujos não comandavam embarcações. Ao longo dos séculos, essa briga foi perdendo sentido na história das profissões navais, à medida que as diferenciações sociais foram mudando¹³ e as

12 Doughty recebeu da rainha a incumbência de comandar a esquadra numa expedição marítima, mas Drake esperava ser o comandante porque se sentia mais capacitado para isso.

13 “No curso do século XX, ‘gentleman’ tornou-se um termo genérico, vago, que se refere mais à conduta que à posição social. [...] durante os séculos XVII e XVIII, no entanto, tinha um significado social muito estrito. Tratava-se, durante o período de formação da profissão naval, da marca distintiva dos homens das classes altas e de algumas porções das classes médias, uma designação que os diferenciavam do restante do povo”. (Elias, 2006, p. 92).

escolas de formação naval passaram a incorporar, em seus currículos, os dois tipos de formações exigidas para a boa prática profissional¹⁴.

Mais do que analisar um caso concreto de surgimento de uma profissão no século XVI, Elias propõe, como lhe é peculiar, uma teoria geral para estudar a gênese de uma profissão ou outra instituição. Para Elias (2006, p. 110), “o conflito é uma das características básicas de uma instituição nascente”. Esses conflitos se dão no interior da nova profissão e entre profissões, numa tentativa de firmar posições de poder nas e das novas instituições. Se Elias vê os conflitos como condição *sine qua non* da vida em sociedade, é nas instituições, nas profissões, por exemplo, que eles se materializam. O estudo das profissões, para Elias, é a análise, sobretudo, de conflitos profissionais.

No verbete *Professions*, escrito por Elias (1964, p. 542) mais de dez anos após a publicação de seu artigo sobre profissões navais, ele já incorpora à definição de profissão, além da necessidade de formação adequada e da existência de competições profissionais, o papel das associações profissionais para mediação das lutas profissionais, estabelecendo os limites e possibilidades das próprias profissões, bem como para o condicionamento do *ethos* dos profissionais.

Por fim, Pierre Bourdieu é outro importante autor da tradição weberiana¹⁵ que pro-

duz um modelo teórico que permite a realização de análises sobre profissões, mantendo os conflitos como constituintes do campo profissional. Bourdieu (2005) entende uma profissão como um grupo social dotado de recursos sociais específicos para delimitar seu campo no espaço social. Esses recursos sociais são desenvolvidos e utilizados em duas vertentes ao mesmo tempo: institucional e individual. Nestes dois eixos pode-se pensar: (1) a força e a importância que as instituições têm no processo de criação identitária das profissões e; (2) como os indivíduos naturalizam suas “visões de mundo” profissionais. Para Bourdieu (2004), a construção do mundo está diretamente ligada à construção de uma “visão de mundo”. E a construção de “visões de mundo” próprias às profissões e aos profissionais é atributo das profissões como ator coletivo¹⁶ em luta por reconhecimento (poder) social e por monopólios de atuação profissional (Bourdieu, 2003, p. 233).

A sociologia de Bourdieu é uma sociologia de combate¹⁷, porque faz o leitor participante da manutenção ou transformação da realidade social analisada. No caso dos campos profissionais, Bourdieu vai salientar o papel do ensino superior para a conformação dos *habitus* dos grupos profissionais dominantes numa sociedade. A educação,

14 Para Elias (2006, p. 95), “o novo processo de guerra marítima criou a necessidade de haver pessoas que, em uma nova esquadra, fossem marinheiros e militares ao mesmo tempo”.

15 O próprio Bourdieu, em entrevista concedida a Maria Andrea Loyola (2002, p. 17), afirma que “quando todos os intelectuais eram marxistas, eu era mais weberiano, porque eles me irritavam e para irritá-los. E também para defender a autonomia da pesquisa contra modismos. Muitos desses marxistas precoces tornaram-se muito conservadores e me denunciavam, hoje em dia, como o último dos marxistas, o que nunca fui e nem serei”.

16 Em outro artigo, “Uma introdução à sociologia das profissões jurídicas” (*Prisma Jurídico*, Uninove, v.11, p. 1-18, 2012) discuto mais detalhadamente a importância de Bourdieu para a sociologia das profissões.

17 O termo ficou cunhado a partir do documentário sobre Bourdieu, intitulado “A sociologia é um esporte de combate”, dirigido por Pierre Charles, em 2001.

segundo Bourdieu, assume uma importância capital também na entrada para o campo profissional. A formação, além de preparar tecnicamente o futuro profissional, realiza o papel de adequação do olhar, da visão de mundo do futuro profissional às expectativas do grupo profissional.

As faculdades seriam, dessa perspectiva, um dos responsáveis pela transferência de algum capital simbólico para os novos ingressantes do campo e pela disseminação do *habitus* apropriado à inserção do novo profissional (neófito) no campo a que se destina. As trajetórias profissionais seriam fortemente condicionadas por sua formação superior, porque as instituições podem moldar comportamentos, criar tradições intelectuais, modos particulares de pensar. Para Bourdieu, nas sociedades modernas, a escola teria uma função integradora, a partir da padronização do pensamento e da linguagem, mas também uma função distintiva, a partir da diferenciação que realiza entre os alunos nos modos de classificar e entender as coisas da vida, de construir uma visão de mundo, que varia de acordo com as trajetórias pessoais (oportunidades) e com as diferentes escolas. Nas palavras do próprio Bourdieu (2005, p. 221):

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a “distinção” – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como “cultura” (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes.

Mesmo que o sistema escolar oferecesse oportunidades idênticas, o mesmo ensino a

todos os alunos, ainda assim o capital cultural prévio dos alunos será sempre diferente um do outro distinguindo os alunos, permitindo maior ou menor capacidade de o aluno construir seu conhecimento e sua carreira profissional.

Bourdieu se mostra bastante crítico em relação ao papel desempenhado pela educação nas sociedades, em particular na sociedade francesa, evidenciando como a educação pode acirrar desigualdades sociais e reproduzir as elites. No caso da educação superior, Bourdieu (1989) mostra, por exemplo, como os alunos da Escola Nacional de Administração (ENA) ocuparam as melhores posições do mercado, tornando-se parte da elite. O acesso escolar a essas posições sociais elitizadas se tornou tão difícil quanto era restrito o acesso à nobreza durante o Antigo Regime. Os alunos oriundos das Escolas Superiores (*Grandes Écoles*) tornaram-se verdadeira nobreza de Estado (*noblesse d'Etat*).

Ainda sobre a questão da educação, em particular sobre a expansão do sistema de ensino e suas relações com o sistema econômico, Bourdieu e Boltanski (1998) mostram como o sistema de ensino é autônomo em relação ao sistema econômico, tendo cada um uma lógica própria de operação. O diploma estaria para o sistema de ensino, assim como o cargo para o sistema econômico. Diploma e cargo seriam as “unidades monetárias” dos sistemas de ensino e econômico, respectivamente. Para eles, a relação entre o primeiro e o segundo seria conflituosa. O primeiro sistema tenderia a querer valorizar seus diplomas, enquanto o segundo tenderia a desejar comprar pelo menor preço as capacidades profissionais atestadas pelos portadores de diplomas. Os economistas “têm interesse em suprimir o diploma e seu fundamento, ou seja, a autonomia do SE [sistema de ensino]; interessa-lhes a confusão completa entre o diploma e o cargo” (Bourdieu e Boltanski,

1998, p. 136). Isso permitiria a ocupação de um cargo sem a necessidade de um diploma conferido pelo sistema de ensino. Então, essa tentativa de o sistema econômico incorporar o de ensino já demonstra o quanto este sistema ainda representa um impedimento para o avanço desenfreado daquele. A passagem por um sistema de ensino e a posse de um diploma dão certa liberdade aos portadores de diplomas e reforçam o poder social do próprio sistema de ensino, fazendo o sistema econômico, de certa maneira, refém do sistema de produção dos produtores.

Quanto maior for a autonomia da instância produtora de diplomas em relação à economia, menor será a dependência do diploma que ela assegura em relação à economia. Daí, o sonho patronal de uma escola confundida com a empresa, de uma escola “da casa” (Bourdieu e Boltanski, 1998, p. 136).

A inflação de diplomas e certificados pode gerar uma luta por maiores distinções sociais entre os portadores de diplomas inflacionados, que pode ser entendido também como luta por estabelecer maiores distâncias sociais para com determinados grupos sociais diplomados, o que pode produzir ainda inflação de profissões ou de cargos, mesmo que nominalmente. A simples mudança de nome de uma profissão ou de um cargo é uma estratégia de diferenciação e mobilidade. A inflação de diplomas e cargos está interligada, numa tentativa de reordenação do campo profissional. O sistema econômico tenta dar respostas, o mais rápido possível, às variações do mercado de trabalho provocadas pelo sistema de ensino,

no, no caso, pela inflação de diplomas. As respostas do sistema econômico podem ser produzidas nos próprios campos profissionais inflacionados de diplomas.

Toda essa preocupação de Bourdieu com a educação é para demonstrar que há uma tentativa de apropriação do sistema de ensino pelo sistema econômico, o que torna os grupos profissionais atores sociais que reproduzem os próprios interesses coletivos nas lutas que travam por apropriação das melhores posições da estrutura social. Nesse sentido, a perspectiva bourdieusiana se aproxima do conceito de projetos profissionais, cunhado por Larson (1977).

Não há como estudar os grupos profissionais sem fazer reflexões sobre as lutas por poder, que são lutas individuais e/ou coletivas por ascensão social. E essa característica analítica é típica da tradição weberiana. Mas é claro que essa tradição sociológica só foi possível chegar a esse tipo de reflexão por conta das delimitações teórico-metodológicas traçadas pelos funcionalistas e interacionistas em torno das formações, dos conhecimentos e das identidades profissionais. Hoje em dia a sociologia das profissões caminha para uma especialização a partir do tipo de ocupação analisada. Assim, já há sociologia das profissões jurídicas¹⁸, das profissões de saúde¹⁹ etc. Cada uma dessas áreas com seus arcabouços teóricos mais utilizados e autores próprios e temas específicos. Mas muitos dos autores discutidos neste artigo continuam vivos nos novos campos especializados que se abrem na sociologia das profissões.

18 Maria da Glória Bonelli (2002) foi pioneira no uso de teorias sociológicas para análise das profissões jurídicas no Brasil.

19 O livro organizado por Maria Helena Machado (1995), pesquisadora da Fiocruz, ainda é referência no Brasil sobre o tema das profissões das áreas de saúde.

Considerações finais

Fizemos um balanço dos principais modelos teórico-metodológicos para investigação do crescimento das profissões no mundo moderno, ressaltando inicialmente a importância histórica do funcionalismo. Para esse modelo teórico, as profissões cumprem uma função social e a preocupação sociológica sobre elas ficam mais restritas à formação/capacitação dos futuros profissionais, embora alguns autores desse modelo já discutam as identidades profissionais e, conseqüentemente à discussão das identidades, a demarcação de espaços sociais destinados aos profissionais.

Já o modelo teórico chamado interacionismo simbólico permitiu uma aproximação maior com os atores sociais, no caso, os profissionais, discutindo as identidades a partir da autoidentidade do grupo profissional e reconhecendo conflitos intraprofissionais. O interacionismo simbólico reforçou a importância metodológica de ouvir os próprios profissionais na construção das análises qualitativas sobre determinada profissão.

No último modelo teórico apresentado/discutido, a ênfase maior fica nos conflitos entre grupos profissionais presentes na sociedade. Em meio a esses conflitos sociais por poder, as profissões produzem projetos coletivos (profissionais) de mobilidade social, ideologias próprias, controle da formação e fechamento do mercado de atuação. Tudo

para aumentar a coesão interna do grupo profissional, construir a imagem social da profissão e dar visibilidade social (poder) ao próprio grupo.

Tentamos na elaboração do artigo demonstrar as idas e vindas das mudanças teóricas para análises das profissões. Como todo processo social, as transformações nos modelos teóricos consistem em avanços e retrocessos no interior dos modos de olhar os fenômenos sociais. Historicamente, as análises das profissões foram feitas de modo mais ou menos crítico em contextos sociais diferentes. Mas até essa classificação (“mais” ou “menos”) só pode ser feita se respeitado o contexto de produção do texto, o processo histórico em que está envolvido o autor. A visão que deve ficar ao final deste artigo é de que os diferentes modelos teórico-metodológicos para análises das profissões (como de qualquer outro fenômeno social) não é fruto de pessoas capacitadas ou inspiradas que retiraram da cabeça ideias brilhantes ou obscuras, como se esses autores não estivessem inseridos em um contexto social específico e em relações de forças com outros autores ou escolas de pensamentos. Se o modelo analítico pautado nas lutas por poder, nos (e entre os) grupos profissionais é mais aceito hoje, isso se deve muito mais ao fato de essa abordagem ser mais próxima do nosso tempo, uma vez que as sociedades mudam os modelos teórico-metodológicos também.

Bibliografia

- ABBOTT, Andrew Delano (1988). *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BARBOSA, Livia (2001). *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira (1993a). *Reconstruindo as minas e planejando as gerais: os engenheiros e a construção dos grupos sociais*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp.

- _____. (1993b). "A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto". *BIB*, v. 36.
- _____. (1998). "Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?" *Tempo Social*, v. 10, n. 1.
- _____. (1999). "Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política". *RBCS*, v. 14, n. 39.
- _____. (2003). "As profissões no Brasil e sua sociologia". *Dados*, v. 46, n. 3.
- BONELLI, Maria da Glória (1993). *As ciências sociais no sistema das profissões: mercado de trabalho e identidade profissional dos cientistas sociais*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp.
- _____. (2002). *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos: Ed. UFSCar.
- BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana (1996). "Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras". *BIB*, n. 41, p. 109-142, 1º sem.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *Noblesse d'Etat*. Paris: Minuit.
- _____. (2003). *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2004). *Razões práticas*. 5. ed. Campinas: Papirus.
- _____. (2005). *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc (1998). "O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução". In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARR-SAUNDERS, Alexander M.; WILSON, Paul A. (1934). "Profession". In: *Encyclopaedia of the Social Sciences*. vol. 12. London: Macmillan.
- COELHO, Edmundo Campos (1992). *Trajetória acadêmica e profissional de egressos da UFRJ*. Rio de Janeiro: Iuperj. (Relatório de pesquisa).
- COLLINS, Randall (1988). *La sociedad credencialista*. Madrid: Akal.
- DINIZ, Marli (1995). *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Tese de doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro. (Orientação de Nelson do Valle Silva).
- DONNANGELO, Maria Cecília Ferro (1975). *Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho*. São Paulo: Pioneira.
- DUBAR, Claude (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURAND, José Carlos (1972). *O arquiteto: estudo introdutório de uma ocupação*. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, USP. (Orientação de Luiz Pereira).
- ELIAS, Norbert (1964). "Professions". In: GOULD, Julius; KOLB, William. *A dictionary of the social sciences*. New York: Free Press.
- _____. (2006). *Escritos & ensaios 1*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FALCÃO, Joaquim (1984). *Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- FARIA, Vilmar (1983). "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B., TAVARES, M. H. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.

- FREIDSON, Eliot (1975). *Profession of Medicine. A study of the sociology on applied knowledge*. New York: Dodd, Mead & Company.
- GRÜN, Roberto (1994). *A revolução dos gerentes brasileiros*. São Carlos: Ed. UFSCar.
- GRUSKY, David B.; SORENSEN, Jesper B. (1998). "Can class analysis be salvaged?" *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 5.
- JOHNSON, Terence (1989). *Professions and power*. Basingstocke: MacMillan.
- KAWAMURA, Lili Katsuco (1981). *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática.
- LARSON, Magali Sarfatti (1977). *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.
- LOYOLA, Maria Andrea (2002). *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MACHADO, Maria Helena (org.) (1995). *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- _____. (1996). *Os médicos e sua prática profissional: as metamorfoses de uma profissão*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- MARINHO, Marcelo Jacques Martins da Cunha (1985). *Profissionalização e credenciamento: a política das profissões*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro. (Orientação de Edmundo Campos Coelho).
- MERTON, Robert King (1970). *Sociologia – teoria e estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou.
- _____. (1984). *Social research and the practicing professions*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- NOGUEIRA, Oracy (1967). *Contribuição ao estudo das profissões de nível universitário no Estado de São Paulo*. Tese de livre-docência, Osasco, Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas.
- PASTORE, José (1979). *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Ed.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002). *Sociologia das profissões*. Oeiras: Celta Ed.
- SADEK, Maria Tereza (org.) (1995). *Uma introdução ao estudo da justiça*. São Paulo: Idesp; Ed. Sumaré.
- SCHWARTZMAN, Simon (1987). A força do novo – por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. *RBCS*, v. 5, n. 2.
- SIMÕES, Solange de Deus (1989). *The position of engineers in the Brazilian class structure and their political and industrial orientation*. Tese de doutorado em Sociologia, Londres. London School of Economics. (Orientação de Ian Roxborough).
- STARR, Paul (1991). *La transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económica.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios da Cunha e (1997). *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan.
- WEBER, Max (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília: EdUnB.

Artigo recebido em 10/05/2010

Aprovado em 28/06/2012

Resumo

Principais abordagens sociológicas para análises das profissões

Este artigo faz um balanço bibliográfico das principais abordagens teóricas da sociologia das profissões, destacando, em primeiro lugar, as teorias funcionalistas de Durkheim, Carr-Saunders, Parsons, Goode, Merton e Abbott, que inauguraram as análises sobre as profissões. Posteriormente, foram revisados os modelos interacionistas de Hughes e Freidson, que contribuíram metodologicamente para as análises sociológicas das profissões. Encerramos enfatizando as abordagens de tradição weberiana de Johnson, Larson, Collins, Starr, Elias e Bourdieu, que são as que hoje mais contribuem para uma discussão das lutas por poder entre os grupos profissionais. Trata-se de uma contribuição teórica aos iniciantes na sociologia das profissões e que preza pela articulação das transformações teóricas para análises das profissões com as críticas metodológicas feitas à escola funcionalista.

Palavras-chave: Sociologia das profissões; Teorias sociológicas; Funcionalismo; Interacionismo; Weberianismo.

Abstract

The main approaches to the analysis of professions

This article provides a bibliographical account of the main theoretical approaches to the sociology of professions. It starts with the functionalist theories of Durkheim, Carr-Saunders, Parsons, Goode, Merton, and Abbot, which inaugurated the analysis of professions. After that, are analyzed the interactionist models of Hughes and Freidson, which contributed methodologically to the study of professions. Finally, the approaches of weberian tradition developed by Johnson, Larson, Collins, Starr, Elias, and Bourdieu, are emphasized as those which provide today the more significant contribution to the discussion of power struggles between professional groups. On the whole, in articulating the theoretical transformations experienced by the field with the methodological criticisms undergone by the functionalist school, the article intends to be a contribution to the beginners in the study of the sociology of professions.

Keywords: Sociology of professions; Sociological theories; Functionalism; Interactionism; Weberianism.

Résumé

Principaux abordages sociologiques pour l'analyse des professions

Cet article propose un compte rendu bibliographique des principaux abordages théoriques de la sociologie des professions en mettant en avant, en premier lieu, les théories fonctionnalistes de Durkheim, Carr-Saunders, Parsons, Goode, Merton et Abbott, qui ont inauguré les analyses sur les professions. Postérieurement, les modèles interactionnistes de Hughes et Freidson, qui ont contribué méthodologiquement aux analyses sociologiques des professions, ont été révisés. Nous concluons en insistant sur les abordages de tradition weberienne de Johnson, Larson, Collins, Starr, Elias et Bourdieu, qui sont ceux qui, de nos jours, contribuent le plus pour une discussion des luttes pour le pouvoir entre les groupes professionnels. Il s'agit d'une contribution théorique adressée aux débutants dans la sociologie des professions qui respecte l'articulation des transformations théoriques pour les analyses des professions avec les critiques méthodologiques faites à l'école fonctionnaliste.

Mots-clés: Sociologie des professions ; Théories sociologiques ; Fonctionnalisme ; Interactionnisme ; Weberianisme.